



Mulheres

nas
eleições
2010

José Eustáquio Diniz Alves
Céli Regina Jardim Pinto
Fátima Jordão
Organizadores

Dilemas do conservadorismo político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções*

Marlise Matos
Marina Brito Pinheiro*****

Seria possível afirmar que o eleitorado brasileiro tem percepções conservadoras politicamente e também tradicionais no que tange às relações de gênero? Este tipo de percepção e de valores tem afetado nossa dinâmica político-eleitoral? Como? Quais são as principais variáveis que condicionam estes tipos de percepção em nosso país? Conservadorismo político e tradicionalismo de gênero são ainda elementos valorativos/morais importantes nas percepções dos/as eleitores/as brasileiros/as? O debate a respeito dos processos em curso de destradicionalização e modernização societária e política ao redor do mundo (HEELAS; LASH, 1996; LUKE, 1996; ADAM, 1996), que também têm incidência na sociedade brasileira, é portanto o pano de fundo das considerações deste trabalho.

A partir do *survey* com uma amostra de 2.002 eleitores brasileiros, realizado em outubro de 2010 no âmbito do Consórcio Bertha Lutz (CBL), construiu-se um conjunto de indicadores sobre conservadorismo político, confiança em instituições e na democracia, além de indicadores que visaram mensurar aspectos e dimensões do tradicionalismo de gênero e raça

* Agradecemos a colaboração e o prestimoso trabalho dos dois bolsistas de graduação em Ciências Sociais, Matheus Soares Cherem (UFMG) e Tais de Paula Barbosa (UFMG), que estiveram diretamente vinculados a este Projeto; sem sua efetiva contribuição não teríamos conseguido concluir este trabalho.

** Professora adjunta do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero da UFMG.

*** Doutoranda e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e do Centro do Interesse Feminista e de Gênero da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

nos espaços públicos e privados no Brasil. O presente trabalho pretende, a partir dessas informações, encontrar algumas respostas às importantes indagações anteriores.

As eleições presidenciais de 2010 no Brasil, é inegável, tiveram um contorno muito peculiar nos dois sentidos valorativos/normativos que os indicadores aqui construídos procuram mensurar, os quais podem funcionar como categorias explicativas importantes de parte dos desdobramentos presenciados, sobretudo no segundo turno, que, apesar de um contexto normativo muito adverso, como será exemplificado nos indicadores, culminaram na eleição da primeira mulher presidenta do Brasil.

Após o processo de democratização brasileira, que vem se consolidando desde 1985, a primeira década deste início de século trouxe aos eleitores de nosso país a “novidade” das disputas que giram em torno das questões de gênero, raça/etnia e sexualidade, que vêm, muito recentemente, ganhando centralidade pública sem paralelo na história brasileira. A criação das Secretarias especiais, a exemplo da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), em 2003, possibilitou, no plano federal, que tais questões fossem alçadas ao nível ministerial e passassem a estar presentes, de forma mais explícita, no cerne das políticas públicas. A realização das duas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres mobilizou centenas de milhares de brasileiras interessadas em mudar o quadro de desigualdades e de exclusão societária, sendo que a última delas, em especial, dedicou-se às reflexões sobre a situação feminina brasileira no que tange à ocupação efetiva dos espaços de poder na política institucional. A própria divulgação de um Edital para apresentação de “propostas para a implementação de projeto de pesquisa sobre a participação das mulheres no processo eleitoral de 2010” constituiu um grande avanço para a compreensão das relações de gênero e política no país, particularmente no que se refere ao processo de empoderamento e de disputa, entre os sexos, pelos espaços de decisão da política. Este artigo e a pesquisa que lhe dá origem são resultados deste longo processo, ainda não consolidado, de conquistas.

Em linhas gerais, o Consórcio Bertha Lutz tem um núcleo formado por pesquisadores/as de comprovada atuação na área de análise de gênero e política, com representatividade nos maiores Estados brasileiros e nas principais regiões do país. O objetivo central da proposta do CBL foi pesquisar a participação das mulheres (e dos homens) no processo eleitoral de 2010, numa perspectiva de gênero. No Eixo 1 deste Consórcio, relacionado ao comportamento e às tendências do eleitorado brasileiro, foi realizado,

a partir de análises de caráter quantitativo e qualitativo, um *survey* de opinião, bem como foram constituídos grupos focais que acompanharam o processo eleitoral de 2010.

No presente trabalho, serão utilizados apenas os dados coletados no *survey*, que pretendia buscar um amplo entendimento sobre a opinião pública e as percepções do eleitorado, explorando questões de cunho valorativo (em suas dimensões com os temas de gênero e, em menor medida, raça e sexualidade), cultural e institucional, mas com foco principalmente cultural, já que se almejava entender, em cada perfil sociodemográfico do eleitorado, não só suas opiniões, valores e intenção de voto, mas, sobretudo, se e como estes elementos estariam efetivamente articulados entre si. Todo o eixo visava um estudo abrangente e sistemático sobre as percepções do eleitorado, visando obter um conjunto unificado de respostas que incluam variáveis sobre valores tradicionais da formação política brasileira, percepções sobre o enraizamento do processo recente de democratização, bem como conhecimentos e habilidades cívicas, predisposições e atitudes em relação à participação e associativismo, crenças e valores sobre instituições (em especial a democracia) e as intenções de voto.

Este estudo inicia-se com a contextualização teórica dos temas de fundo das análises aqui empreendidas, ou seja, destradicionalização e modernização societária no Brasil. Passa-se, depois, a dar enfoque mais específico aos dilemas de percepção normativo-moral que, com frequência, estão associados às dimensões tanto do conservadorismo político quanto do tradicionalismo de gênero.

Após tal discussão teórica, segue-se uma brevíssima apresentação metodológica que explana as principais estratégias e decisões que foram tomadas para a construção, a partir das respostas do eleitorado brasileiro à pesquisa, dos vários indicadores e índices apresentados neste trabalho, que serviram para mensurar o conservadorismo político e o tradicionalismo de gênero, raça e sexualidade. Em seguida, são apresentados, de modo muito sintético, os principais resultados e tecidas as considerações finais. De modo geral, pode-se afirmar que há uma convergência entre os resultados aqui alcançados e alguns aspectos do que foi experimentado no processo eleitoral de 2010, especialmente no segundo turno. De certa maneira, o *survey* funcionou bem como um termômetro neste sentido e conseguiu mensurar determinadas dimensões morais e valorativas do eleitorado brasileiro, que vieram à tona nos debates públicos na época e que continuam sendo experimentadas na esfera pública do país.

Teorias da destradicionalização e modernização societária

Este trabalho parte da constatação da existência de um processo em curso de destradicionalização societária (HEELAS; LASH, 1996), inclusive no Brasil – o foco dessa investigação –, que envolve uma mudança do lugar da autoridade “de fora” para “dentro” e refere-se ao declínio da crença em uma ordem natural e preestabelecida sobre as coisas. Seriam os sujeitos quem passariam a ser chamados a exercer a sua autoridade em face da desordem e da contingência da “modernidade reflexiva” ou tardia (GIDDENS; BECK; LASH, 1995).

Entre os muitos autores que elaboram considerações a respeito destas transformações, é possível identificar a experiência de duas grandes teses. A primeira, que insiste em destacar a presença do fim da tradição, trata-se de uma tese “triumfalista” e/ou “radical”, em que os principais interlocutores que defendem esta posição (THOMPSON, 1996; PICCONE, 1993; GIDDENS, 1991) vão relevar a chamada condição “pós-moderna” que suplantaria e estaria baseada na erosão da tradição. Tratar-se-ia de uma mudança radical sem precedentes em relação a transformações de outras eras, em que a destradicionalização envolveria uma substituição das vozes externas e supraindividuais de autoridade, controle e destino, por vozes internas, subjetivas. Tais autores destacam a transição em curso e elencam algumas características societárias que estariam sendo fortemente transformadas e/ou substituídas, tais como: um ambiente societário mais fechado (frio, repetitivo, ritualizado) que seria substituído por outro mais aberto (experimental, revisável); um tipo de percepção da ordem como algo relacionado ao destino (pré-ordenado) por oposição à sua conversão numa situação de escolha (reflexividade); a ênfase recaída também sobre processos movidos pelas necessidades que seriam substituídos pela contingência; um padrão de experiência social movido pela certeza que viria a ser substituído por outro cujo caráter é de incerteza; a experiência da segurança sendo substituída pela de risco; a experimentação de uma cultura diferenciada (organizada) que estaria sendo substituída por uma espécie de cultura “*differrida*” (desorganizada e sem um único centro); de uma ênfase sobre o *self* para a sensibilidade de um permanente descentramento do sujeito; a passagem de uma ótica política das virtudes para outra vocalizada pelas preferências.

Nesta tese, as culturas tradicionais seriam percebidas e interpretadas como dominadas pelo “destino”, envolvidas, excluindo as possibilidades de “escolhas” efetivamente subjetivas. Trata-se, pois, da ênfase sobre uma

ordem comunal/coletiva/heterônoma/sociocentrada para a experiência de uma ordem individual/subjetiva/autônoma/centrada na reflexividade dos sujeitos: são eles que precisam selecionar e escolher entre vozes morais e estéticas/estilísticas diferenciadas (o papel do social/cultural é reduzido a favor da construção dos próprios padrões de boa vida).

A segunda tese preconiza, por sua vez, um movimento dinâmico de coexistência entre tradição e destradicionalização (manutenção da tradição, re-tradicionalização e construção de novas tradições). Representam esta corrente autores como Luke (1996) e Adam (1996), que tentam assinalar que aquilo que estaríamos experimentando seria um movimento de competição, disputa, interpenetração e interjogo de processos complexos de manutenção das tradições, reinvenção e reconstrução destas, por meio de mudanças trazidas pelas complexidades multivocais dos nossos tempos. As pessoas viveriam, assim, em tensão permanente, afetadas por conflitos entre vozes externas de autoridade (religiosas, culturais, etc.) e outras vozes que emanam de seus próprios desejos, expectativas e aspirações pessoais. Desta forma, a tradição passa a ser compreendida como aberta aos processos de agência humana, sendo, pois, permanentemente reconstruída, reinterpretada, reinventada. As culturas destradicionalizadas existentes seriam percebidas e interpretadas como contingentes e não excluiriam as possibilidades de “escolhas” subjetivas, mas não seriam interpretadas como resultado sistemático do colapso das vozes socioculturais de autoridade. Na prática, apesar da linguagem da autonomia e da escolha, seríamos todos controlados por rotinas, regras, procedimentos, regulações, leis, escalas, costumes, etc. Desta maneira, os tempos que estaríamos vivendo seriam de mistura de várias trajetórias possíveis, algumas mais informadas pela tradição, outras por processos mais individualizantes.

Modernidade, conservadorismo político e tradicionalismo de gênero, sexualidade e raça no Brasil

Este trabalho parte igualmente de um segundo pressuposto teórico: o de que a sociedade brasileira é, em muitos aspectos, ainda bastante tradicional e conservadora, mas em processo de destradicionalização/modernização. Adota-se, aqui, a perspectiva da segunda tese apresentada anteriormente: a da coexistência entre processos de transformação na tradição e suas formas de manutenção. Neste sentido, entende-se que existiria uma relação direta entre processos de “modernização” e “des-

tradicionalização”, acrescentando-se que a modernização do Brasil seria ainda um processo incompleto, e não apenas um processo abortado ou fracassado, como afirmam — ou afirmavam — muitos analistas. Entende-se a modernização, então, como destradicionalização; um processo de transição de valores e práticas experimentados como tradicionais para valores e práticas que podem ser tratados como modernos. De um modo muito resumido, é possível afirmar que os elementos tradicionais podem e devem se expressar em duas arenas político-sociais que serão aqui tratadas: a arena político-institucional e político-eleitoral (na qual este estudo identificará as bases do conservadorismo político e de confiança — ou não — nas nossas instituições); e a arena das relações de gênero, raça e sexualidade (em que serão identificados processos e percepções de tradicionalismo de gênero nos espaços público e privado e também na política formal).

A modernidade é aqui identificada certamente com o tipo de capitalismo avançado que prevalece nos países capitalistas desenvolvidos, os quais, apesar de seus problemas, representam um modelo para os países em desenvolvimento e para os antigos países socialistas estatizantes. Nestes termos, uma sociedade será “moderna” quando: no campo econômico, existir, via mercado, uma alocação de recursos razoavelmente eficiente, sendo esta dinâmica em termos tecnológicos; no campo social, a desigualdade econômica não for excessiva e não houver a tendência em curso de que ela viesse a aumentar; e, no campo político, a democracia for percebida como sólida, havendo confiança nas instituições democráticas, a corrupção estiver minimamente sob controle e os cidadãos apresentarem versões e valores progressistas em relação ao seu próprio futuro.

Uma sociedade moderna não é apenas aquela que não é tradicional, que não é particularista/privatista, que não é guiada por privilégios e patrimônio, que não é dominada por uma oligarquia aristocrática, barões ou burocratas saqueadores; ou seja, de uma forma muito simples: precisa ser uma sociedade que tenha um caráter igualitário. Como observa Touraine (1992, p. 239 e 374), a modernidade — destradicionalizante — pode também ser definida em termos positivos. Uma sociedade moderna e destradicionalizada é uma sociedade democrática, justa, equânime e igualitária, na qual os atores e as atrizes sociais podem viver em liberdade e autonomia, livres de arraigados preconceitos e discriminações, desde que sejam capazes de internalizar os direitos coletivos e pessoais, de respeitar e valorizar como um bem coletivo a pluralidade de interesses e

de ideias e de assumir suas responsabilidades políticas como cidadãos e cidadãs.

O *conservadorismo político* refere-se a uma tendência ideológica e a um tipo de percepção/sensibilidade/visão de mundo que pode variar grandemente: desde o apoliticismo e a rejeição a qualquer prática reivindicatória (apatia política) até a aprovação expressa de comportamentos, atitudes e percepções que não apenas são extremamente rejeitadores de qualquer mudança na arena do *status quo*, mas também incitariam a discriminação, a intolerância e o preconceito contra alternativas de mudança ou contra experiências da diferença. Na forma como o mesmo será interpretado neste trabalho, sua definição incluirá algumas referências a formas de percepção bem específicas, quais sejam: em uma dimensão negativa de tal sensibilidade, foram elaborados indicadores que mensuram percepções políticas antidemocráticas e ultraconservadoras, bem como percepções e opiniões que indiquem maior tolerância à corrupção; em uma dimensão mais afirmativa, foram construídos indicadores sobre preferência pela democracia, grau de confiança nas instituições e grau de confiança e de valoração das mulheres na política.

No que se refere à relação direta entre “modernização” e “destradiconalização” numa arena política, significaria dizer que esta última poderia impelir atores (e, portanto, também instituições) sociais à adesão valorativa a determinado conjunto de pressupostos modernizantes que têm relação direta e imediata com uma sensibilidade orientada por princípios democratizantes e democráticos, ou seja, de maior respeito e confiança nas pessoas e nas instituições, de rejeição às práticas de corrupção e às percepções antiautoritárias, assim como na direção da construção de nova sensibilidade sociocultural igualitária. Por este motivo pretende-se contrabalancear aspectos negativos com positivos dentro de um mesmo contexto de conservadorismo ao qual se atribuiu o adjetivo “político”.

Na Ciência Política, de modo geral, o conservadorismo é identificado às ideias e atitudes que visam a manutenção do *status quo* e do presente sistema político, contrapondo-se às forças inovadoras. O pensamento conservador, em suas origens, expressa a alternativa aos avanços promovidos por certa percepção da modernidade, especialmente ao(s) pensamento(s) progressista(s), que pode(m) variar no tempo e no seu conteúdo. As posições político-ideológico-filosóficas alinhadas com dinâmicas do conservadorismo, em geral, se ancoram em uma perspectiva que se contrapõe às mudanças abruptas (ou mesmo lentas) de determinado marco econômico e político-institucional, ou no sistema de crenças, valo-

res, usos e costumes de uma sociedade. Grupos conservadores não se opõem a qualquer mudança, mas apenas àquelas que são fruto possível de revoluções e de transformações no encabeçamento do poder, na posição de domínio/dominação e que venham a ameaçar a ordem política e social hegemonicamente controlada. Pode-se elencar, inclusive, uma tipificação já reconhecida (mas não utilizada neste trabalho) entre conservadores liberais (com forte inclinação aos valores individuais, típicos dos países anglo-saxões), conservadores sociais (com inclinação aos valores religiosos, defendidos por católicos tradicionalistas e protestantes históricos, como os presbiterianos) e conservadores nacionais (mais propensos aos valores culturais de determinado Estado-nação, comum na Europa continental), por exemplo.

Em sociedades em processos múltiplos e complexos de transformação e com forte herança ibérica – autoritária e patrimonial –, como é o caso do Brasil e de muitos países latino-americanos, está em aberto a preferência das pessoas por um regime democrático ou não-democrático. A distinção entre *ser conservador* (resumidamente, colocar a ordem acima da justiça e da igualdade) e *ser progressista* (que significa desejar arriscar a ordem em nome da justiça e da igualdade com respeito às diferenças, também de modo bem sintético) é aqui muito importante. Se modernidade destradicionalizada, no Brasil, também precisa significar maior adesão dos cidadãos à democracia (primazia das liberdades e da eficiência, além de uma efetiva preocupação e atenção à equidade social), é possível identificar a existência de, ao menos, dois “tipos” de conservadores: os “radicais” e os “moderados”. Os primeiros seriam aqueles que não querem nenhuma mudança e permanecem autoritários, ultraconservadores, enquanto os “moderados” aceitariam “negociar” em alguma medida, pois reconhecem determinados avanços e os toleram, desde que efetivamente não ameacem sua posição tradicional.

Tendo em vista que as pessoas “podem imputar uma multiplicidade de significados à democracia” (ROSE, 2003, p. 04), procurou-se construir indicadores que fossem sensíveis a uma matriz multidimensional de valores e sensibilidade políticos associados, desta vez, à avaliação da democracia/autoritarismo, à tolerância à corrupção e à confiança nas nossas instituições. Além disso, avaliar se os/as cidadãos/ãs se percebem como democratas exige, ainda, questionar sobre a natureza desta percepção no que tange também às nossas instituições. Isto porque, assim como Rose (2003), entendemos que o endosso procedimental aos ideais democráticos seria necessário, mas não suficiente para estabelecer e aprofundar em

definitivo um regime democrático.¹ E, como nos afirmam Paiva, Souza e Lopes (2004, p. 370-371):

Existe um amplo debate no âmbito da Ciência Política acerca da relação entre cultura política e instituições, qual seja: o que melhor explica a democracia, o arranjo político-institucional ou a cultura política? A resposta a esta indagação contrapõe duas abordagens que poderíamos denominar procedimental ou não culturalista, quando se enfatiza o desenho institucional, e normativa ou culturalista, quando enfatiza o papel da cultura democrática e valoriza a relação entre os conteúdos e resultantes das decisões políticas. Esta abordagem propõe discutir qual o modelo de sociedade pretendido, com uma perspectiva mais substantiva do significado da democracia, que não seria apenas a resultante da engenharia institucional. A existência de uma cultura democrática seria fundamental para seu surgimento e manutenção.

Assim, pode-se afirmar que os teóricos institucionalistas e aqueles que valorizam apenas a dimensão da cultura política tendem a negligenciar o fato de que tanto o que as pessoas pensam ou percebem da realidade (especialmente sobre a atuação das mulheres na política, o objetivo final desta pesquisa), quanto a presença ou a confiança nas instituições existentes e suas atitudes de (in)tolerância com fenômenos como a corrupção são fatores determinantes e complexos de uma visão de mundo democrática ou conservadora politicamente. Reforça-se, pois, o argumento de que existiria uma relação de fortalecimento recíproco entre instituições democráticas e a nossa cultura política. E ainda, de acordo com Moisés (1995, p. 97), “a cultura política é insuficiente por se para gerar as condições necessárias à emergência do regime democrático, isso não autoriza a considerá-la desnecessária ao processo de sua consolidação”. Também importa destacar que seria igualmente significativo avaliar padrões de confiança nas

¹ Inclusive porque, para os efeitos das delimitações conceituais aqui, a “democracia” não significa a exclusividade de sua aparência ou apresentação “procedimental”: regras e procedimentos eleitorais e rotineiros. Segundo Dewey (1927), seria possível tratar a democracia a partir, pelo menos, de duas grandes “entradas”. A primeira (e mais convencionalizada na ciência política) a entende desta primeira forma: como *sistema político ou de governo* (esta seria a *democracia política*), e na segunda, ele tenta resgatar a “ideia de democracia”, ou seja, seu entendimento num sentido mais ampliado, como um “modo de vida”. Neste último sentido – social, moral, ético –, a democracia passaria a ser compreendida como uma ideia social, retomando uma compreensão ampliada e mais plena de entendimento da democracia. Nesse mesmo diapasão, o autor ressalta que as instituições concretas e modernas da democracia vieram para satisfazer as demandas concretas da democracia como “sistema ou governo” e não a “ideia de democracia”. Arranjos políticos e instituições governamentais seriam apenas mecanismos destinados a assegurar aspectos muito específicos de operacionalização da “ideia de democracia”. Foi por este motivo também que incluímos neste trabalho a discussão de indicadores de tradicionalismo nas relações de gênero, raça e sexualidade: por entender que a democracia também precisa se expressar no âmago das nossas relações sociais e políticas corriqueiras, cotidianas.

instituições democráticas e o papel possível a ser desempenhado pela metade excluída da nossa população neste processo – as mulheres –, para se observar, assim, o grau de apoio efetivo do eleitorado brasileiro a uma forma de democracia que seja minimamente inclusiva e cidadã. Tais padrões, por sua vez, se pretendemos alargar o próprio conceito de democracia, precisam incluir, no mínimo, padrões de percepção avaliativos sobre as dimensões de gênero, raça e sexualidade, no caso do Brasil (e este é um pressuposto importante deste trabalho).

Neste sentido, a “ideia de democracia” em Dewey (1927), a “natureza da ideia democrática”, deveria ser realizada nas nossas relações cotidianas (e mesmo íntimas), nas famílias, escolas, religiões, empresas, etc., ou seja, nas várias formas existentes e em formação de associação humana. Tal noção precisaria encontrar, por sua vez, as regras e procedimentos políticos necessários para, a partir deles, continuar a funcionar, mas ela estaria para além destes. Estes últimos, portanto, são mutáveis, renováveis, sujeitos às críticas e às transformações; mas a “ideia” seria, em termos valorativos e morais, algo mais perene, porém constante e profundo, remetida a um problema propriamente moral, cívico e intelectual e não necessariamente apenas político: o de alcançar as condições necessárias para que o *público* se reconheça criticamente e seja capaz de expressar autonomamente seus próprios interesses. A “ideia de democracia”² é o elemento motor que condicionaria e despertaria então os meios pelos quais todo o *público* poderia vir a funcionar/agir democraticamente. Os grupos/associações precisariam ser livres de processos arraigados de opressão e libertadores o suficiente para despertar as potencialidades de seus membros, e “uma vez que todo indivíduo é membro de vários grupos, esta especificação só pode ser cumprida se grupos diferentes interagirem flexível e plenamente em conexão com outros grupos. (...) Um bom cidadão considera a sua conduta como membro de um grupo político enriquecedor e enriquecido pela sua participação na vida familiar, no trabalho e nas associações científicas e artísticas” (DEWEY, 1927, p. 147).

Voltando, então, as atenções para as relações das dimensões gênero, raça e sexualidade – o campo crítico-emancipatório das relações de gênero (MATOS, 2008) –, entende-se “gênero”, aqui, como um campo estruturado e estruturante, uma construção social e política que determina relações entre os homens e as mulheres, mas certamente não numa perspectiva unidirecional: da exclusividade da dominação patriarcal (dos homens sobre

² Ver pé de página anterior.

as mulheres). Quando se mencionam as relações de gênero tradicionais, geralmente são imaginadas relações assimétricas, verticalizadas e hierárquicas de poder entre homens e mulheres, em que “o” homem domina e “a” mulher é subalternizada. O melhor exemplo de uma típica relação neste formato é o próprio patriarcado que assenta suas bases na dominação e na hegemonia social e política estabelecida e cristalizada como tradicionalmente masculina. As relações de gênero destradicionalizadas, por sua vez, apresentariam uma miríade de outras possíveis formas de interação ético-político-sociais, em que predominariam, então, a presença e a sensibilidade/valorização de relações desta vez mais horizontalizadas, simétricas, democráticas e igualitárias entre os gêneros, raças e distintas expressões da sexualidade.

Os estereótipos ou estigmas relacionados a estas dimensões seriam, assim, uma manifestação do tradicionalismo de gênero, raça e sexualidade e estariam referidos a um conjunto muito arraigado de crenças sobre os atributos pessoais “mais adequados” social, política e culturalmente a homens e mulheres, brancos e negros, homo e heterossexuais, sejam estas crenças individuais ou compartilhadas. Geralmente, os estereótipos e estigmas são fortemente associados a relações vividas, experimentadas de um modo historicamente tradicional. Neste trabalho, tradicionalismo de gênero, raça e sexualidade refere-se à presença de padrões de percepção e de sensibilidade moral e ética – portanto normativos, valorativos –, de caráter fortemente tradicional em relação às interações no âmbito do sistema de relações de gênero, de raça e de sexualidade em nosso país. Os padrões de tradicionalismo de gênero, por sua vez, são entendidos como fenômenos que costumam ser operados por aquilo que a literatura pertinente já cunhou como “masculinidades hegemônicas” (CONNEL, 1995),³ em oposição às “feminilidades subalternas”. No escopo de um modelo binário, tal polaridade tradicional se expressa entre a mulher/cuidadora, dona-de-casa, afetiva, subjetiva e também social e culturalmente responsável pelos filhos e pela união da família, em oposição e contraste ao homem/provedor, chefe da casa, financeiramente responsável pela família, sendo que a mesma leitura pode ser desdobrada para os eixos de raça e sexualidade. Este *script* ou roteiro tradicional tem o poder cognitiva e

³ É possível encontrar autores que constroem argumentações a partir do eixo do seguinte outro binarismo (por complemento ou suplemento à oposição clássica entre masculino e feminino): trata-se da discussão estabelecida entre *masculinidade hegemônica* por oposição à *masculinidade subordinada ou subalterna* (CONNEL, 1995).

emocionalmente importante de estabilizar, orientar e nortear ações práticas no mundo, bem como construir sentidos que orientam tais ações.

Permaneça, contudo, ainda em aberto no país o que seriam aqueles padrões de interação e de sociabilidade de gênero alternativos e/ou mais destradicionalizados em relação a este modelo. Parece claro que estes estão em construção. Do ponto de vista das relações afetivo-sexuais, em outro momento, já foram feitas considerações substantivas sobre as “reinvenções dos vínculos amorosos” (MATOS, 2000) que recortam experiências claras desta natureza, assim como sobre o tema das “masculinidades contra-hegemônicas ou destradicionalizadas” (MATOS, 1999). Além disso, este processo em construção tem como poderosos aliados os movimentos organizados de mulheres e, sobretudo, os movimentos feministas. Nestes espaços vêm sendo reconstruídas formas de sociabilidade e de cooperação solidárias entre mulheres e entre mulheres e homens, assim como entre diferentes movimentos sociais. Em artigo mais recente (MATOS, 2010), indicou-se, justamente, a possibilidade de se considerar que os feminismos no Brasil estariam experimentando uma “quarta onda”, sendo que uma de suas mais recentes e principais características é a construção de circuitos de difusão feministas operados a partir de distintas correntes horizontais de feminismos – negro, acadêmico, lésbico, masculino, etc. – e entre diferentes movimentos sociais. Neste sentido:

Se erigindo como algo que pode ser descrito como um movimento multinodal de mulheres ou a partir de diferentes “comunidades de políticas de gênero” (como tem sido mais comum se referir no Brasil), o feminismo, em parte significativa dos países da região latino-americana, na atualidade, não só foi transversalizado – estendendo-se verticalmente por meio de diferentes níveis do governo, atravessando a maior parte do espectro político e engajando-se em uma variedade de arenas políticas aos níveis nacionais e internacionais –, mas também se estendeu horizontalmente, fluiu horizontalmente ao longo de uma larga gama de classes sociais, de movimentos que se mobilizam pela livre expressão de experiências sexuais diversas e também no meio de comunidades étnico-raciais e rurais inesperadas, bem como de múltiplos espaços sociais e culturais, inclusive em movimentos sociais paralelos (MATOS, 2010, p. 85).

Para mensurar as dimensões do tradicionalismo e da destradicionalização nas relações de gênero, foram construídos indicadores que buscassem captar as percepções do eleitorado brasileiro sobre o lugar de mulheres e homens nos espaços públicos (especialmente na política e no mundo do trabalho) e nos privados (sobretudo no cuidado da família e filhos), bem

como as percepções sobre o lugar de mulheres e homens no âmbito específico da política institucional.

No que se refere à organização hierarquizada nas relações etnorraciais, é crucial demarcar que o racismo é entendido como um fenômeno de longa duração, sustentado ainda na modernidade e que objetiva compreender a durabilidade da raça como um conceito social que independe do fundamento racionalista das ciências biológicas. A persistência da ideia de raça se vale de muitos dos valores e dos argumentos religiosos, biológicos, culturalistas e nacionalistas, que, muitas vezes, estão fortemente entrelaçados. Neste sentido, assim como ocorre com as relações de gênero, nas relações etnorraciais, está presente o *script* ou roteiro tradicional que se enraizou inequivocamente no Brasil a partir das relações de escravidão e exploração entre senhores/as e escravos/as, largamente conhecidas e praticadas em diversos tempos e espaços, que encontravam justificção no direito de conquista – a escravização dos vencidos numa guerra – ou na religião – direito de escravizar pessoas fora do seu grupo religioso, por meio das guerras contra os “bárbaros” ou “infiéis”. A escravidão no Brasil colocou negros e negras numa condição evidente de opressão que, mesmo após a abolição, ainda se evidencia nas relações totalmente assimétricas e hierárquicas vividas por brancos/as e negros/as no país. Também buscou-se mensurar as percepções dos eleitores relativas a uma forma difusa de discriminação de gênero e raça e, mais especificamente, a discriminação racial focada em aspectos cognitivos.

Já a discussão sobre sexualidade será aqui muito breve. É comum acreditarmos que o corpo – e, por extensão, a sexualidade – é o que temos de mais “natural”, mais próprio. Comumente este surge como uma fonte da nossa identidade e passamos a alinhar o mundo a partir de um binarismo que reproduz pessoas de um sexo ou de outro. Contudo, para as referências deste trabalho, a sexualidade, ao contrário do que se pensa, não é uma questão de “instintos” biológicos dominados pela natureza ou apenas de impulsos, pulsões, genes ou hormônios. Também não pode ser resumida às possibilidades corporais de vivenciar prazer/desprazer e afeto (amor e ódio). Ela é, antes de qualquer coisa, uma construção que, por sua vez, envolve processos múltiplos, contínuos, complexos e não lineares de aprendizado e reflexão, por meio dos quais podemos elaborar a percepção de quem somos. Esse é um processo que se desdobra em meio a condições históricas, sociais e culturais específicas. Nascemos dotadas e dotados de determinadas capacidades biológicas e o que for para além disso vai sendo construído e se transformando ao longo da vida

(e é assim que as mais variadas expressões da sexualidade humana se apresentam). Contudo, da mesma forma como acontece para gênero e raça, nossas sociedades constroem determinados estereótipos e padrões para disciplinar a sexualidade. Assim surgiu a heteronormatividade que está na base da nossa ordem social. É ela que prescreve como meninas e meninos são criadas/os e educadas/os; ela está no controle a que todas as pessoas são sujeitas no que diz respeito à sua identificação como homem ou como mulher. Enquanto as disposições coerentes em relação ao que é esperado dos gêneros masculino e feminino são estimuladas e celebradas em meninos/as e adolescentes, as expressões divergentes desse padrão, assim como as amostras de afeto ou atração por pessoas do “mesmo sexo”, são corrigidas. As homossexualidades e as demais expressões da sexualidade são, a partir deste “padrão” normativo, recorrentemente tratadas como “desviantes”, “perversões”, “doenças”, ou, no mínimo, “problemas”. E assim, a nossa ordem institucional está organizada para negar a possibilidade de se viver em liberdade qualquer sexualidade fora da norma heterossexista. Finalmente, também foi alvo das preocupações deste trabalho a possibilidade de identificar padrões mais fortemente destradicionalizados associados à sexualidade e ao gênero no que tange ao eleitorado, especialmente vocalizados a partir de questões ainda hoje bastante polêmicas, tais como a união de pessoas do mesmo sexo, o aborto e a avaliação a respeito da capacidade de liderança de gays e lésbicas.

Desta forma, após uma discussão inicial sobre alguns dos principais conceitos e pressupostos que orientam este estudo e antes de passar às análises dos referidos indicadores, vale afirmar um último importante ponto de partida: pessoas com percepções fortemente conservadoras em termos políticos e percepções fortemente tradicionais em gênero, raça e sexualidade (ou com as duas percepções juntas) são aquelas responsáveis, no Brasil, por manter e perpetuar uma sociedade politicamente anti-igualitária e antidemocrática. E tais padrões certamente estão afetando o processo de destradicionalização/modernização societária em nosso país.

Os indicadores de conservadorismo político e de tradicionalismo de gênero – alguns breves parâmetros metodológicos

Como mencionado anteriormente, o *survey* realizado foi composto por uma amostra de mais de 2.002 entrevistas, tendo como foco captar: as percepções a respeito de valores e da cultura política brasileira e gênero;

os padrões de associativismo do eleitorado brasileiro; as percepções sobre a política e o processo político-eleitoral no Brasil; percepções sobre sexo e gênero, raça, sexualidade, feminismo e política; sobre processo de formação das decisões e intenções de voto, além, claro, de variáveis que compõem o perfil sociodemográfico. Para buscar uma melhor compreensão dos sentidos de respostas que foram produzidos pelos eleitores respondentes ao questionário, empregou-se a técnica estatística da análise fatorial. Os “fatores” ou “construtos”, por sua vez, são variáveis hipotéticas, combinações lineares das variáveis observadas, que explicam partes da variabilidade dos dados.

A análise fatorial foi utilizada com o objetivo de simplificar os dados, com vistas a recrutar um pequeno número de variáveis (preferencialmente não-correlacionadas) de um grande número de variáveis (em que a maioria é correlacionada com a outra) e, a partir daí, criar índices ou indicadores com variáveis que medem dimensões conceituais similares. Assim, foram construídos vários indicadores de duas dimensões aqui destacadas como relevantes – o conservadorismo político e o tradicionalismo de gênero –, com o intuito de elucidar as engrenagens que podem movimentar o comportamento dos eleitores, especialmente a partir da evidência das formas de percepção que orientam processos mais amplos de socialização política e de gênero do eleitorado brasileiro no que tange a processos democráticos e progressistas/autoritários e tradicionais ou destradicionalizados em termos de gênero, raça e sexualidade. Existe uma vasta literatura metodológica já consagrada, que explica a utilização e a importância do recurso à análise fatorial (VINCENT, 1971; KIM; MULLER, 1978; MORAES; ABIKO, 2006)⁴ e, portanto, este ponto não será estendido aqui.

O questionário base, desenhado especificamente para o projeto e contendo 39 perguntas (mais algumas de controle), foi a campo em setembro

⁴ Como descrevem Moraes e Abiko (2006, p. 1.234): “A análise fatorial (AF) é uma técnica de estatística multivariada bastante ampla e antiga, sendo utilizada, principalmente, nos estudos de avaliação de escalas na área de psicologia. Utiliza-se geralmente quando se deseja avaliar construtos, variáveis não mensuráveis diretamente, como inteligência e satisfação. Os objetivos da AF podem ser a caracterização dos avaliados, levando-se em conta um conjunto eventualmente grande de variáveis, e a descrição da inter-relação dessas variáveis, eventualmente explicitando uma estrutura de interdependência subjacente aos dados (ARTES, 1998). A AF obtida pelo método das componentes principais requer, apenas, que os dados estejam numa escala numérica e que guardem entre si, estruturas de correlação ou covariância. Não fazendo nenhuma suposição sobre a forma de distribuição dos dados, um dos principais obstáculos da APO para aplicação de testes estatísticos. Dessa forma, propõe-se a utilização da AF, com uma técnica exploratória, na análise de dados de uma APO no sentido de entender melhor as relações entre as variáveis, buscando identificar também as possíveis estruturas de análise da percepção do morador”.

de 2010, sendo aplicado pelo Ibope Inteligência em 2.002 eleitores brasileiros de todo o território nacional. A amostra foi de desenho proporcional, por cotas em setores censitários aplicada a eleitores e eleitoras de 16 anos ou mais (tendo, inclusive, ocorrido uma sobreamostragem para as cidades de São Paulo e Salvador de 298 casos, totalizando, no final, 2.310). Para corrigir o efeito da sobre-representação dessas cidades, utilizou-se a técnica de peso amostral, que diminui o efeito do maior número de casos nestas duas localidades, reduzindo para os 2.002 casos analisados.

Para efeitos dos indicadores construídos, que serão descritos e analisados neste trabalho a partir da análise fatorial, foi possível identificar para os dois eixos de análise – conservadorismo político (CP) e tradicionalismo de gênero (TG) – um conjunto de seis de indicadores em cada eixo, que constituem, portanto, os “fatores” de análise:

- No eixo conservadorismo político: preferência pela democracia; grau de confiança nas instituições; percepção dos antidemocratas; percepção dos ultraconservadores; opinião sobre a corrupção; e grau de confiança e valoração das mulheres na política.
- No eixo tradicionalismo de gênero (raça e sexualidade): tradicionalismo nos espaços públicos (política e trabalho); tradicionalismo nos espaços privados (família e filhos); tradicionalismo de gênero na política institucional; percepções sobre preconceito de gênero e raça difuso; discriminação focada em aspectos cognitivos; e elementos de destradicionalização de sexo/gênero.

O Quadro 1 descreve quais foram as questões (variáveis) que, após a análise fatorial empreendida, integraram cada um dos conjuntos de indicadores. Cada conjunto de indicadores se conforma, em última instância, como um índice próprio para medir aquela dimensão específica, tendo sido aqui construídos 12 índices (seis de conservadorismo político e seis de tradicionalismo de gênero).

Este quadro geral revela quais foram as principais questões que constituíram as variáveis dos índices. Para compreender de forma mais abrangente como estas percepções se apresentam na sociedade brasileira, realizou-se uma análise multivariada, utilizando os 12 índices de forma a detectar quais seriam as características sociodemográficas dos indivíduos na sociedade que mais se relacionam com percepções mais ou menos tradicionais sobre os papéis de gênero, raça e sexualidade na sociedade e/ou mais ou menos conservadoras do ponto de vista político. A seguir, os resultados são analisados, tendo em vista a discussão teórica apresentada nas seções anteriores.

Quadro 1
Conjunto dos fatores/indicadores construídos e suas variáveis componentes

Fator	Variáveis incluídas em cada fator			
Eixo 1	Conservadorismo político (CP)			
1	Conservadorismo político – antidemocratas	Progresso com autoritarismo	Congresso atrapalha autonomia presidencial	Judiciário atrapalha autonomia presidencial
2	Ultraconservadorismo	Pena de morte	Preferência pela ditadura	
3	Opinião sobre corrupção	Corrupção: mãe e registro civil	Tráfico de influência: cunhada e emprego	Nepotismo
4	Preferência pela democracia	Democracia vs autoritarismo	Democracia eleitoral	
5	Grau de confiança nas instituições	Crença: julgamento justo	Respeito: instituições políticas	Crença: direitos básicos
			Justiça brasileira	Forças Armadas
				Congresso Nacional
				Governo federal
				Polícia Partidos Militar políticos
6	Grau de confiança e valorização das mulheres na política	Honestidade na política	Competência na política	Compromisso com eleitores
			Capacidade administrativa	Autoridade dos governantes
				Grau de democracia
				Ben-estar da população
				Prestígio internacional

(continua)

(continuação)

Fator	Variáveis incluídas em cada fator				
Eixo 2	Tradicionalismo de gênero (TG)				
1	Tradicionalismo de gênero nos espaços públicos (política e trabalho)	São poucas as mulheres que têm as habilidades necessárias para ocupar cargos de chefia	No geral, quando eleitos, homens governam melhor do que as mulheres	No geral, homens são mais adequados para a carreira política do que mulheres.	Quando o desemprego é elevado, os homens deveriam ter mais direito ao trabalho do que as mulheres
2	Tradicionalismo de gênero no espaço privado (família e filhos)	A educação dos filhos é responsabilidade da mãe	O trabalho doméstico é tarefa da mulher	O homem deve ser o principal responsável pelo sustento da família	A mulher deve ser a principal responsável pelo planejamento familiar e o uso de métodos contraceptivos
3	Tradicionalismo de gênero na política institucional	De modo geral, as mulheres têm força suficiente para enfrentar a política	De modo geral, as mulheres são tão boas líderes quanto os homens	Muitos brasileiros estão preparados para eleger uma mulher presidente da Republica	
4	Preconceito de gênero e raça – discriminação difusa	O machismo é um problema muito sério no Brasil	Os negros têm muito do que se queixar no Brasil	Mulheres negras sofrem mais preconceito do que as brancas	As mulheres são discriminadas em praticamente todas as áreas
5	Preconceito de raça – discriminação focada em aspectos cognitivos	Os brancos, em geral, são mais estudiosos do que os negros	As crianças negras têm mais dificuldade para aprender		
6	Destradicionalização de sexo/gênero	Sou a favor da união de pessoas do mesmo sexo	A mulher deveria ter o direito de decidir se continua uma gravidez ou se faz um aborto	De modo geral, se continua uma	De modo geral, gays ou lésbicas são tão bons líderes quanto os heterossexuais

Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPW/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Análise dos dados

Para compor o quadro descritivo, procedeu-se a uma análise com algumas variáveis sociodemográficas dos entrevistados – sexo, faixa etária, escolaridade e autodeclaração de cor –, que, segundo aponta os estudos realizados até hoje, teriam algum efeito sobre a percepção do indivíduo em relação aos temas e questões a partir dos quais os índices foram criados. Para entender melhor se a questão geracional/etária tem efeitos diferentes sobre as percepções de homens e mulheres no que tange aos dois eixos de análise aqui descritos, utilizou-se também um termo interativo que sintetiza o efeito multiplicativo entre o ser mulher e o pertencer a cada uma das três faixas etárias consideradas nessa análise.

Dos 2.002 respondentes analisados, 950 (47,5%) são homens e 1.052 (52,5%), mulheres. Em todas as faixas etárias, o número de mulheres é maior do que o de homens. A maior porcentagem de homens presentes na amostra encontra-se na faixa etária de 16 a 24 anos, enquanto para as mulheres isso ocorre na de 70 anos ou mais (Tabela 1). Entre os entrevistados, de forma geral, o maior número deles está nas faixas etárias intermediárias de 40 a 69 a e de 25 a 39 anos, correspondendo a 41,15% e 34,6% da amostra, respectivamente.

Visando identificar possíveis efeitos geracionais diferentes para homens e mulheres no que diz respeito ao conjunto de índices extraídos da análise fatorial, neste trabalho lançou-se mão do uso de um termo interativo entre o sexo feminino e a faixa etária. Com isso, buscou-se analisar um possível efeito interativo entre estas variáveis. O efeito interativo especifica as condições segundo as quais os efeitos de uma variável de interesse se alteram em força ou forma, dependendo do nível ou categoria da outra variável com a qual interage (SANTOS, 2009).

Tabela 1
Distribuição dos entrevistados, por sexo, segundo faixas etárias – 2010

Faixas etárias	Homens		Mulheres		Total
	N. abs.	%	N. abs.	%	
16 a 24 anos	194	48,3	208	51,7	402
25 a 39 anos	333	48,1	360	51,9	693
40 a 69 anos	390	46,9	441	53,1	831
70 anos ou mais	33	43,4	43	56,6	76
Total	950	47,5	1.052	53	2.002

Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto IBOPE/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Com relação à escolaridade dos entrevistados, a maior parte declarou ter o ensino médio completo, compondo 498 casos (24,9% da amostra), seguido por ensino fundamental completo (15,5%). No outro extremo tem-se o pequeno número de analfabetos, 4,5% dos casos, inferior àquele de respondentes com ensino superior completo (7,3%).

No que diz respeito à autodeclaração de raça/cor dos respondentes na amostra estudada, observou-se maior proporção de brancos (41%), seguidos por pardos (37,9%), pretos (15,9%), amarelos (2,1%) e indígenas (1%). Para fins de análise, neste trabalho, as categorias pretos e pardos foram consideradas conjuntamente, totalizando 53,8% da amostra (1.077 respondentes).

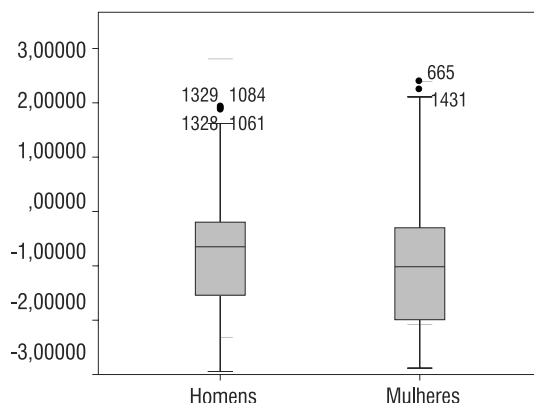
Outra variável utilizada na análise e de grande relevância quando são abordados tradicionalismos/destradiconalização de sexo/gênero é a religião dos entrevistados. No universo captado pela pesquisa, a maioria é composta por católicos (62,9%), uma porcentagem quase dez vezes maior do que a do grupo seguinte, composto por fiéis da Assembleia de Deus (6,7%), denominação protestante pentecostal, uma das maiores igrejas protestantes do Brasil.⁵ Os agnósticos correspondem a 7,7% dos entrevistados e os ateus são 2,2%. Para fins da análise, foram utilizadas duas variáveis referentes à religião: ser católico (ser/não ser católico) e ser evangélico (ser/não ser evangélico), sendo que os evangélicos compreendem os entrevistados que se autodeclararam dependentes das seguintes denominações: Assembleia de Deus, Batista, Metodista, Presbiteriana, Universal do Reino de Deus, Deus é Amor, Evangelho Quadrangular, Igreja Internacional da Graça, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, Adventista, Testemunha de Jeová e Igreja dos Santos dos Últimos Dias, assim como apresentado em Mariano (1999).

Com relação às distribuições das respostas aos índices resultantes da análise fatorial, foi interessante perceber como estes se comportam quando são relacionados ao sexo do respondente. Como se observa nos gráficos de *boxplots* a seguir, homens e mulheres apresentam percepções diferentes de acordo com os índices trabalhados. O Gráfico 1 mostra, por

⁵ As outras frequências dos principais ramos evangélicos na amostra são: Batista/Metodista/Presbiteriana, com 3,9%; Universal do Reino de Deus, com 1,0%; Deus é Amor, com 0,9%; Evangelho Quadrangular, com 1,8%; Igreja Internacional da Graça, com 0,4%; Renascer em Cristo, com 0,1%; Sara Nossa Terra, com 0,1%; Adventista, com 0,6%; Testemunha de Jeová, com 0,6%. Outras religiões presentes na amostra são: Espírita/Kardecista (1,8%), afro-brasileiras (Umbanda, Candomblé, etc. – 0,4%), orientais (Budismo, Islamismo, etc. – 0,1%).

exemplo, a distribuição do índice do grau de confiança nas instituições, por sexo do entrevistado.

Gráfico 1
Índice de grau de confiança nas instituições, por sexo dos entrevistados – 2010



Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

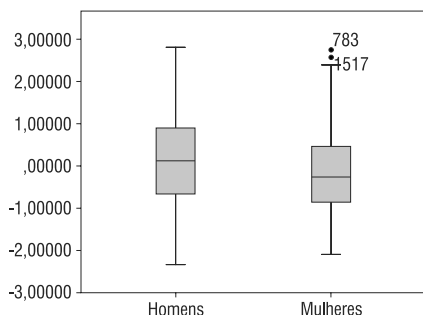
Como será visto mais detalhadamente a seguir, é possível afirmar que homens e mulheres apresentam percepções um pouco discrepantes no que diz respeito às dimensões aqui mensuradas de tradicionalismo de gênero e de conservadorismo político. De forma bem generalizada, em ambos os conjuntos de índices elaborados, *as mulheres apresentaram percepções mais alinhadas a uma postura menos conservadora e mais destradicionalizada do que os homens*. As exceções a este caso são os índices de grau de confiança nas instituições e de tradicionalismo de gênero no espaço privado (família e filhos), para os quais são as mulheres que mostram percepções ligeiramente mais conservadoras. Apenas a constatação deste resultado já indica os efetivos dilemas a serem enfrentados no país, pois parece que as percepções conservadoras e tradicionais das próprias mulheres (especialmente no que se refere ao mundo privado/intimo) ainda constituem um dos principais obstáculos para o alcance efetivo da igualdade de gênero, já que elas encontram ainda muitas dificuldades em romper com os papéis e estereótipos de gênero há muito cristalizados na sociedade nestes espaços/esferas.

A distribuição dos índices pelos quartis revela o seguinte quadro: os índices que tiveram maiores valores concentrados no terceiro quartil – em que prepondera um conjunto de percepções mais conservadoras ou tradi-

cionais – foram os de tradicionalismo de gênero nos espaços públicos (na política e no mercado de trabalho), tradicionalismo de gênero no espaço privado (na família e em relação aos filhos), opinião sobre a corrupção, destraditionalização de sexo/gênero, ultraconservadorismo e afirmação de que a homossexualidade é uma doença. Aqueles que apresentaram maior concentração com menores valores no primeiro quartil, em que predomina um conjunto de percepções menos conservadoras ou tradicionais, foram o índice de preconceito de gênero e raça – discriminação difusa – e o índice relacionado aos antidemocratas.

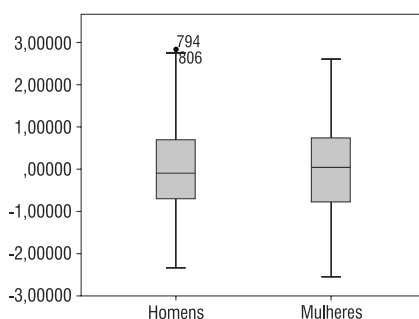
Nos casos dos índices opinião sobre a corrupção e destraditionalização de gênero e raça, há uma amplitude de percepções com valores muito baixos no primeiro quartil e valores muito altos no último quartil de distribuição, remetendo a uma variação nas respostas dadas às questões de origem, o que já poderia dar algumas pistas no sentido de que estas pudessem ser o conjunto de questões que foram alvo de maior polêmica, suscitando apresentação de percepções ao mesmo tempo muito e pouco conservadoras e tradicionais. Os gráficos referentes à distribuição das respostas aos índices e que revelam estas percepções são apresentados a seguir. Na sequência, busca-se identificar, por meio de modelagem estatística multivariada, os fatores/variáveis que poderiam ter impactos estatisticamente significativos no que se refere a estas percepções de conservadorismo político e tradicionalismo de gênero, raça e sexualidade aqui mostradas no formato dos índices, e, portanto, determinar as percepções apresentadas nestes.

Gráfico 2
Índice de tradicionalismo de gênero nos espaços públicos (política e trabalho), por sexo dos entrevistados – 2010



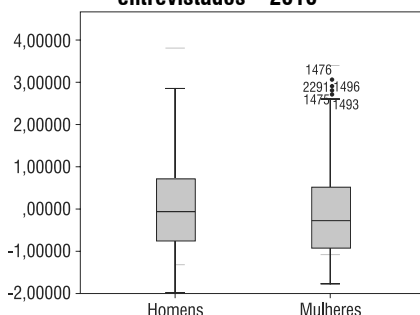
Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Gráfico 3
Índice de tradicionalismo de gênero no espaço privado (família e filhos), por sexo dos entrevistados – 2010



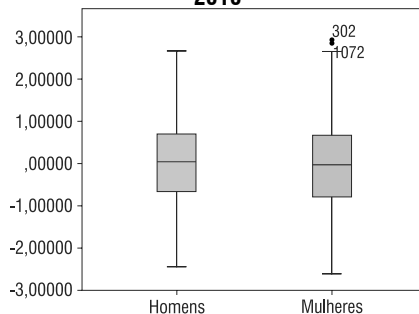
Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Gráfico 4
Índice de preconceito de gênero e raça – discriminação difusa –, por sexo dos entrevistados – 2010



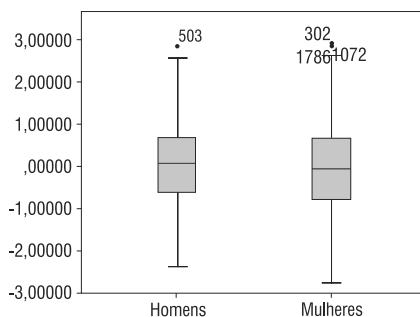
Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Gráfico 5
Índice de conservadorismo político – antidemocratas, por sexo dos entrevistados 2010



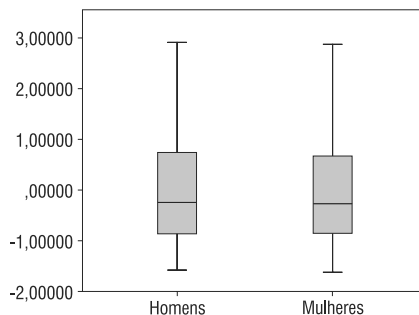
Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Gráfico 6
Índice de tradicionalismo de gênero na política institucional, por sexo dos entrevistados – 2010



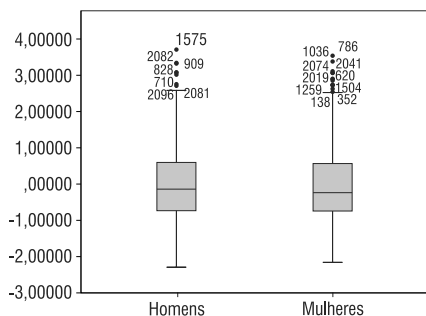
Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Gráfico 7
Índice de opinião sobre a corrupção, por sexo dos entrevistados 2010



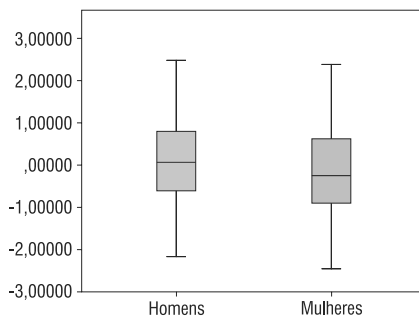
Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto IBOPE/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração própria.

Gráfico 8
Índice de preconceito de raça – discriminação focada em aspectos cognitivos –, por sexo dos entrevistados – 2010



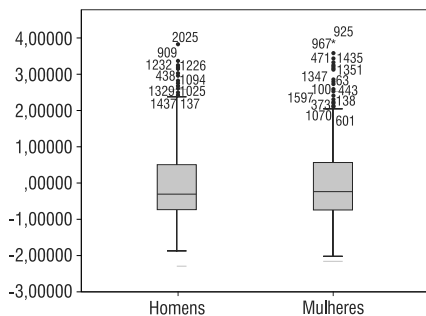
Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Gráfico 9
Índice de destradicionalização de sexo/gênero, por sexo dos entrevistados – 2010



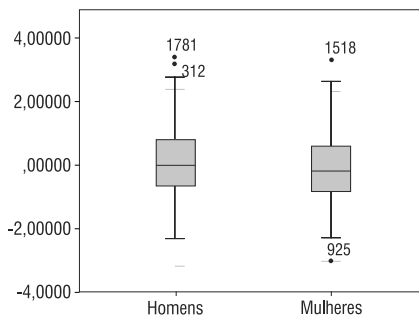
Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Gráfico 10
Índice de preferência pela democracia, por sexo dos entrevistados – 2010

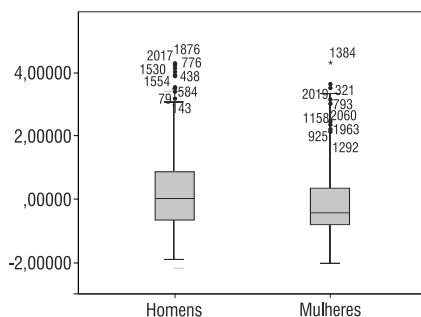
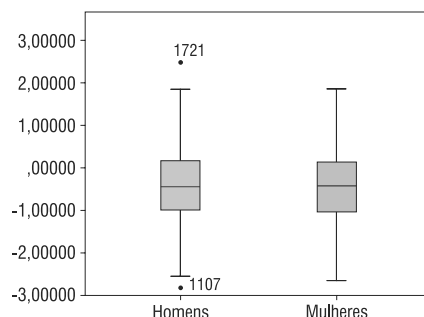


Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Gráfico 11
Índice de ultraconservadorismo, por sexo dos entrevistados – 2010



Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Gráfico 12**Índice de preconceito de gênero, por sexo dos entrevistados – 2010****Gráfico 13****Fator “a homossexualidade é uma doença”, por sexo dos entrevistados – 2010**

Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

Tabela 2**Modelo mínimos quadrados ordinários – Resultados**

Variáveis	Coeficientes (1)					
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Constante	0,501*** (0,208)	0,460** (0,187)	0,395** (0,193)	0,691*** (0,2)	0,533** (0,227)	0,503*** (0,194)
Sexo	-0,199* (0,129)	0,002 (0,115)	0,077 (0,118)	-0,293** (0,12)	0,0695 (0,12)	-0,225* (0,124)
25 a 39 anos	-0,152 (0,113)	-0,141 (0,11)	0,119 (0,102)	-0,06 (0,11)	-0,0311 (0,108)	0,0935 (0,108)
40 a 69 anos	0,0201 (0,116)	-0,0824 (0,109)	0,002 (0,106)	-0,230** (0,11)	-0,0679 (0,115)	0,047 (0,11)
Mais de 70 anos	0,415** (0,189)	-0,0351 (0,291)	-0,626** (0,265)	0,007 (0,28)	-0,0762 (0,245)	0,365 (0,239)
Mulheres entre 25 e 39 anos	0,0948 (0,155)	0,113 (0,15)	-0,255* (0,149)	0,03 (0,15)	-0,078 (0,151)	-0,0153 (0,155)
Mulheres entre 40 e 69 anos	-0,0729 (0,156)	0,0544 (0,144)	-0,07 (0,149)	0,282* (0,15)	-0,108 (0,151)	0,14 (0,154)
Mulheres com mais de 70 anos	-0,383 (0,243)	0,0178 (0,362)	0,322 (0,368)	0,249 (0,37)	-0,132 (0,357)	-0,14 (0,326)
Pretos e pardos	-0,0377 (0,0573)	0,115** (0,0578)	-0,155*** (0,0586)	0,047 (0,06)	-0,109* (0,0595)	-0,101* (0,0597)
Amarelos	0,0475 (0,163)	0 (0,144)	0,11 (0,166)	0,327 (0,2)	-0,107 (0,179)	0,00565 (0,176)

(continua)

(continuação)

Variáveis	Coeficientes (1)					
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6
Indígenas	0,189 (0,266)	0,425 (0,304)	-0,306 (0,235)	-0,09 (0,26)	-0,185 (0,283)	0,616 (0,378)
Sabe ler, mas não foi à escola	-0,335 (0,293)	-0,129 (0,333)	0,35 (0,299)	-0,43 (0,34)	0,048 (0,348)	-0,32 (0,29)
Primário incompleto	-0,175 (0,211)	-0,332* (0,195)	-0,0602 (0,202)	-0,27 (0,21)	-0,444* (0,231)	-0,345* (0,191)
Primário completo	-0,445** (0,188)	-0,245 (0,171)	-0,289 (0,18)	-0,466** (0,19)	-0,383* (0,217)	-0,291 (0,178)
Ensino fundamental incompleto	-0,375* (0,198)	-0,235 (0,186)	-0,165 (0,192)	-0,541*** (0,2)	-0,479** (0,223)	-0,506*** (0,188)
Ensino fundamental completo	-0,308 (0,195)	-0,373** (0,174)	-0,216 (0,187)	-0,651*** (0,19)	-0,409* (0,219)	-0,371** (0,183)
Ensino médio incompleto	-0,571*** (0,201)	-0,414** (0,181)	-0,366* (0,19)	-0,508*** (0,2)	-0,446** (0,224)	-0,355* (0,187)
Ensino médio completo	-0,647*** (0,186)	-0,601*** (0,168)	-0,392** (0,177)	-0,575*** (0,18)	-0,435** (0,21)	-0,583*** (0,173)
Ensino superior incompleto	-0,719*** (0,204)	-0,786*** (0,188)	-0,484** (0,195)	-0,658*** (0,2)	-0,610*** (0,22)	-0,415** (0,194)
Ensino superior completo	-0,756*** (0,197)	-0,867*** (0,18)	-0,533*** (0,194)	-0,452** (0,2)	-0,440** (0,216)	-0,504*** (0,192)
N	1.320	1.320	1.320	1.320	1.320	1.320
R2	0,067	0,058	0,031	0,033	0,014	0,042

Fonte: *Survey* do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

(1) Variáveis dependentes presentes em cada modelo:

Modelo 1: Tradicionalismo de gênero nos espaços públicos (política e trabalho);

Modelo 2: Tradicionalismo de gênero no espaço privado (família e filhos);

Modelo 3: Conservadorismo político – antidemocratas;

Modelo 4: Tradicionalismo de gênero na política institucional;

Modelo 5: Preconceito de raça – discriminação focada em aspectos cognitivos;

Modelo 6: Destradicionalização de sexo/gênero.

Nota: Erros padrões robustos entre parênteses; *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$.

Para realizar uma análise comparativa acerca da forma como determinada variável sociodemográfica presente nos modelos interage com os índices criados, foi feita uma série de análises multivariadas tendo como variável dependente, por sua vez, cada um dos índices extraídos por meio da análise fatorial apresentada anteriormente. Para tanto, empregou-se a técnica de modelagem dos mínimos quadrados ordinários. Dos 12 índices resultantes da análise fatorial apresentados no Quadro 1, apenas seis se conformaram em modelos estatisticamente significantes ao interagirem

com as variáveis sociodemográficas consideradas. São eles: tradicionalismo de gênero nos espaços públicos (Modelo 1); tradicionalismo de gênero no espaço privado (Modelo 2); conservadorismo político – antidemocratas (Modelo 3); tradicionalismo de gênero na política institucional (Modelo 4); preconceito de raça I (Modelo 5); e índice de destradicionalização de sexo/gênero (Modelo 6). Os resultados dessa análise estão apresentados na Tabela 2. A seguir, são discutidos os principais resultados das análises para cada modelo.

Modelo 1: Tradicionalismo de gênero nos espaços públicos

Entre as variáveis utilizadas no primeiro modelo, foram estatisticamente significantes aquelas referentes ao sexo do entrevistado para as pessoas com mais de 70 anos e às escolaridades primário completo, fundamental incompleto, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo. Dessas, apenas a variável relacionada aos *entrevistados/as com idade acima de 70 anos aumenta as chances de aquele/a ter uma atitude mais tradicional com relação à participação da mulher nos espaços públicos*. Nos outros casos, a relação é inversa. Ou seja: *ser mulher, ter curso primário completo, fundamental incompleto, médio incompleto e completo e superior incompleto e completo aumentam as chances de o/a entrevistado/a ter uma percepção menos tradicional com relação à participação da mulher nos espaços públicos*. Além disso, as chances de a pessoa ser ainda *menos tradicional quando esta possui o curso superior completo são quase duas vezes maiores do que para aquela que cursou apenas até o primário completo*.

Modelo 2: Tradicionalismo de gênero no espaço privado

Neste modelo, foram estatisticamente significantes a condição auto-declarada de ser pretos e pardos e as escolaridades referidas aos cursos primário incompleto, fundamental completo, médio incompleto, superior incompleto e superior completo. Destas variáveis, *a única que realmente aumenta as chances de um indivíduo ser mais tradicional com relação ao papel da mulher na família refere-se à condição etnorracial: ser preto ou pardo*. Este é um elemento analítico muito interessante e que, até onde se tem conhecimento, ainda não havia sido captado em outros estudos sobre percepção e valores no Brasil. Novamente, as chances de apresentar percepções ainda menos tradicionais aumentam com os anos de estudo e, nesse caso, o efeito é mais do que o dobro quando os/as entre-

vistados/as possuem curso superior, em comparação àqueles que não chegaram a completar o ensino primário.

Modelo 3: Conservadorismo político – antidemocratas

O terceiro modelo apresenta a seguinte conformação: foram estatisticamente significantes a condição etária de estar acima de 70 anos, o termo interativo de mulheres entre 25 e 39 anos, a autodeclaração racial de pretos ou pardos e as escolaridades médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo. Em todos os casos, *pertencer ao grupo indicado por essas variáveis (indivíduos com mais de 70 anos, mulheres entre 25 e 39 anos, ser preto/pardo, ser escolarizado) aumenta as chances de o indivíduo declarar percepções que tenham menos concordância com as questões relacionadas a posturas antidemocráticas*. E essas razões de chances aumentam em conformidade com o crescimento da idade e da escolaridade alcançada. Neste sentido, aparece aqui outro elemento analítico muito rico: a possibilidade de que os/as entrevistados/as autodeclaradamente pretos e pardos, os mais escolarizados e aqueles/as acima dos 70 anos tenham uma percepção mais democratizadora e, portanto, mais refratária a posturas antidemocratas.

Modelo 4: Tradicionalismo de gênero na política institucional

Foram estatisticamente significantes, neste modelo, o sexo do/a entrevistado/a, a faixa etária de 40 a 69 anos, no efeito interativo, a faixa entre 40 e 69 anos para as mulheres e as escolaridade primário completo, fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo. Neste caso, há uma relação positiva apenas para o grupo das mulheres de 40 a 69 anos. Isso significa que *pertencer a este grupo aumenta as chances de o indivíduo ter uma atitude mais tradicional com relação à participação de mulheres na política institucional*. Nesse modelo, a escolaridade cada vez mais alta contribui num efeito inverso ao anterior, ou seja, para uma atitude menos tradicional em relação às mulheres no âmbito da política institucional. Todavia, *a partir do superior completo, há uma queda nesse efeito da escolaridade, indicando que indivíduos com esse nível de ensino trazem percepções mais tradicionais, inclusive, do que aqueles/as que têm apenas o primário completo*. Também estas informações são importantes: por que justamente nesta faixa etária de 40 a 69 anos são as próprias mulheres que têm padrões de percepção mais tradicionais em relação à atuação feminina na política institucional?

Por que este efeito de queda nas percepções de tradicionalismo de gênero no âmbito institucional é interrompido quando se alcança o ensino superior completo? Estas são perguntas que clamam por respostas.

Modelo 5: Preconceito de raça I

No quinto modelo as variáveis estatisticamente significantes foram a condição autodeclarada de ser pretos ou pardos e as escolaridades primário incompleto, primário completo, fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo. *A concordância com percepções relacionadas à discriminação focada em aspectos cognitivos e raciais é menor para estes grupos, sendo que essa discriminação não diminui com o aumento da escolaridade.* Que a população negra seja contrária a percepções cognitivamente discriminatórias em relação a si mesma seria um dado bastante esperado, contudo, parece surpreendente, tendo-se em vista as outras dinâmicas observadas a partir das modelagens dos índices, a constatação de que não há uma queda destas percepções discriminatórias com o aumento da escolaridade das pessoas. Isto certamente indica muito do quanto ainda está enraizada tal visão muito tradicional e mesmo preconceituosa no que tange à contribuição a ser dada ao país pela nossa população negra.

Modelo 6: Destradicionalização de sexo/gênero

Foram estatisticamente significantes, neste modelo, o sexo dos entrevistados, a condição autodeclarada de ser pretos ou pardos e as escolaridades primário incompleto, fundamental incompleto, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo. Nesse caso, *as mulheres e os/as entrevistados/as pretos/as e pardos/as tendem a apresentar percepções mais destradicionalizadas, mas não há, contudo, um aumento significativo de propensão a uma atitude mais destradicionalizada quando se está diante de indivíduos mais escolarizados*, tendo variações/oscilações destas percepções destradicionalizadas ao longo dos diferentes estágios e anos de estudos. Este é efetivamente um dado relevante: as mulheres no Brasil apresentam, assim como a população negra, padrões de percepção mais destradicionalizados, especialmente se for considerado que as variáveis incluídas neste índice referem-se a temas muito disputados e nada consensuais na sociedade brasileira: aborto e união homoafetiva.

Como se pode observar, de modo bastante generalizado, a variável que apresentou padrão recorrente de uma relação estatisticamente significativa

com os índices foi a escolaridade. Em alguns casos, a variável da autodeclaração da cor também foi significativa, assim como o sexo, principalmente quando analisado o efeito combinado com determinadas faixas de idade.

A análise dos coeficientes padronizados em determinados modelos apresentados permitiu avaliar a importância relativa das variáveis independentes (VIs) na determinação das variáveis dependentes (os índices – VDs). Os coeficientes padronizados (betas) eliminam o problema de lidar com diferentes unidades de medida, evidenciando o impacto relativo de cada variável preditora sobre a VD, além de determinar qual variável tem maior participação. Mediante a análise dos betas padronizados, verificou-se que, em todos os modelos, *a variável com maior peso explicativo sobre a variação de cada um dos índices foi a indicativa de escolaridade na faixa de ensino médio completo*. Além disso, no caso dos modelos 1, 2, 3 e 6, a variável que aparece em segundo lugar, entre aquelas com maior poder preditivo sobre os índices, refere-se ao *ensino superior completo*. No caso do modelo 5 (cuja VD é o índice de preconceito de raça/cor), a variável com o segundo maior poder preditivo foi o *nível de escolaridade superior incompleto*. Por fim, no modelo 4 (tradicionalismo de gênero na política institucional), a variável *escolaridade no nível fundamental completo teve o maior poder preditivo com relação à variação deste índice*. Em todos os casos, quanto maior a escolaridade do indivíduo, maiores são as chances de que ele tenha um comportamento identificado como menos tradicional.

As análises dos betas padronizados reforçam o que já foi constatado na análise dos coeficientes não padronizados da regressão: a escolaridade, principalmente as faixas mais altas (ensino médio completo e ensino superior incompleto e completo), é a variável que mais influencia o tipo de resposta com relação aos vários temas que compõem os índices construídos neste trabalho, fundamentalmente no que se refere à questão de gênero. Pode-se dizer que *o ponto de inflexão na formação escolar de uma pessoa, no que tange suas atitudes com relação a gênero, é a conclusão do ensino médio*. A partir desta faixa educacional, as opiniões e atitudes tendem a ser mais fortemente destradicionalizadas, e isso de forma estatisticamente significativa.

Sobre os modelos apresentados ainda caberia outra observação. A *variável referente à religião*⁶ – que se esperaria ser significativa para a

⁶ Nos modelos a variável referente à religião foi incorporada de forma recodificada, compondo duas variáveis *dummys* referentes aos principais segmentos religiosos brasileiros em termos de número de adeptos. Dessa forma temos a variável “ser católico” e a variável “ser evangélico”. Nas próximas análises utilizaremos estas variáveis modificadas para mensurar o impacto da adesão religiosa sobre as opiniões e atitudes acerca dos índices apresentados neste capítulo.

compreensão de quais seriam os perfis dos entrevistados que, em geral, têm comportamentos mais ou menos tradicionais com relação a gênero – *não apresentou significância estatística ao ser incluída nos modelos construídos*, sendo que, em todos, a escolaridade continuou como a mais relevante. A variável religião foi significativa apenas nos modelos referentes aos índices de conservadorismo político – antidemocratas e de destradicionalização de sexo/gênero: no primeiro, “ser católico” foi significativo e, no segundo, “ser católico” e “ser evangélico” apresentaram significância, indicando que ser católico ou evangélico, em todos os casos, aumenta as chances de posições mais conservadoras na política e mais tradicionais no que diz respeito às relações de gênero. No entanto, em ambos os modelos, como já foi dito, estes valores não foram significantes estatisticamente.

Apesar da ausência de significância, é bastante interessante perceber o efeito que a variável religião tem sobre o sexto modelo, aquele que possui como VD o índice de destradicionalização de sexo/gênero, que é composto pelas questões sobre união de pessoas do mesmo sexo e direito de decidir sobre a interrupção da gravidez e pela afirmação de que *gays* ou lésbicas seriam tão bons líderes quanto os heterossexuais. Como esperado, posições mais tradicionais neste sentido são mais frequentes entre os católicos e evangélicos, sendo que o pertencimento ao segmento evangélico tem o maior peso preditivo sobre o índice de destradicionalização, seguido pela variável escolaridade ensino médio completo.

Ao serem utilizados outros conjuntos de variáveis para a tentativa de explicar a variação no índice de destradicionalização de sexo/gênero, foi possível perceber que um dos modelos que tiveram o maior poder de explicação sobre esta variação é aquele apresentado na Tabela 3. Neste modelo, as variáveis que se mostraram significantes estatisticamente foram religião, ensino médio completo (corroborando os resultados apresentados anteriormente) e, surpreendentemente, a autodeclaração de raça como indígena.

Nesse caso – ao contrário do que acontece com a afirmação de que a homossexualidade é uma doença, o que será abordado mais a frente – os evangélicos apresentam um poder de explicação da variação quase duas vezes maior do que os católicos. Ser evangélico aumenta duas vezes mais as chances de o indivíduo ter comportamento mais tradicional do que ser católico. Ser indígena também aumenta mais as chances de que se tenha um comportamento tradicional do que ser católico.

Tabela 3
**Modelo mínimos quadrados ordinários para o índice de destradicionalização de sexo/
gênero – Resultados**

Variáveis	Coeficientes (1)			t	Sig.
	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados		
	B	Erro padrão	Beta		
Constante	-0,258	0,078	-	-3,305	0,001
Ser evangélico	0,815	0,094	0,346	8,653	0,000
Ser católico	0,400	0,082	0,195	4,901	0,000
Sexo	-0,244	0,056	-0,122	-4,324	0,000
Médio completo	-0,246	0,063	-0,111	-3,932	0,000
Indígena	0,647	0,284	0,064	2,277	0,023

Fonte: Survey do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

(1) Variável dependente: índice de destradicionalização de sexo/gênero.

Com relação aos outros índices apresentados no Quadro 1, em específico o grau de confiança e valoração das mulheres na política, também foram realizadas análises multivariadas com o método dos mínimos quadrados ordinários, mas, neste caso, trabalhou-se com VIs diferentes para cada índice extraído da análise fatorial. Na Tabela 4, apresentam-se os resultados da análise multivariada, utilizando como variáveis independentes as mesmas empregadas nas análises da Tabela 1, acrescentando-se aquelas relativas à religião (ser católico e ser evangélico). Como variável dependente, tem-se o índice de grau de confiança nas instituições.

Verifica-se, na Tabela 4, que as variáveis que se mostram importantes nesse modelo de explicação do grau de confiança nas instituições são duas referentes à educação – sabe ler, mas não foi à escola e primário incompleto ($p < 0,1$) – e as variáveis de religião – ser católico ($p < 0,01$) e ser evangélico ($p < 0,1$). Em todos os casos, *pertencer a alguma destas categorias aumenta as chances de que o indivíduo confie menos em algumas instituições* (instituições políticas em geral, justiça brasileira, Forças Armadas, Congresso Nacional, governo federal, Polícia Militar e partidos políticos) *e em determinadas características da democracia* (como a crença em um julgamento justo e nos direitos básicos). Nesse modelo, a variável com maior poder preditivo foi a de ser católico.

Tabela 4
Modelo mínimos quadrados ordinários para o índice de grau de confiança nas instituições
– Resultados

Variáveis	Coeficientes (1)				
	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
Constante	-0,364	0,218	-	-1,666	0,096
Sexo	0,111	0,126	0,056	0,883	0,377
25 a 39 anos	-0,139	0,115	-0,066	-1,208	0,227
40 a 69 anos	0,050	0,116	0,024	0,431	0,667
Mais de 70 anos	-0,167	0,273	-0,029	-0,612	0,541
Mulheres entre 25 e 39 anos	-0,103	0,160	-0,039	-0,644	0,519
Mulheres entre 40 e 69 anos	-0,102	0,156	-0,041	-0,656	0,512
Mulheres com mais de 70 anos	-0,041	0,356	-0,005	-0,114	0,909
Pretos e pardos	0,028	0,061	0,014	0,467	0,641
Amarelos	-0,245	0,214	-0,034	-1,149	0,251
Indígenas	-0,251	0,301	-0,025	-0,833	0,405
Sabe ler, mas não foi à escola	0,641	0,350	0,061	1,834	0,067
Primário incompleto	0,349	0,209	0,082	1,670	0,095
Primário completo	0,240	0,189	0,082	1,270	0,204
Ensino fundamental incompleto	0,209	0,202	0,057	1,031	0,303
Ensino fundamental completo	0,249	0,193	0,084	1,290	0,197
Ensino médio incompleto	0,150	0,201	0,045	0,746	0,456
Ensino médio completo	0,040	0,186	0,018	0,213	0,831
Ensino superior incompleto	0,147	0,206	0,041	0,712	0,477
Ensino superior completo	0,113	0,202	0,032	0,562	0,574
Ser católico	0,278	0,087	0,135	3,211	0,001
Ser evangélico	0,169	0,099	0,071	1,711	0,087

Fonte: *Survey* do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

(1) Variável dependente: índice de grau de confiança nas instituições.

A Tabela 5 apresenta os resultados do modelo de regressão para o índice de preconceito de gênero e raça. Como se pode observar, o modelo com maior poder de explicação é o que inclui apenas a variável sexo. Com isso, é possível afirmar *que o melhor preditor das respostas às questões que compõem este índice é o fato de ser ou não mulher,*

sendo que as mulheres têm 16% de razões de chance de serem menos tradicionais do que os homens, no que tange ao preconceito de gênero e raça.

Tabela 5
Modelo mínimos quadrados ordinários para o índice preconceito de gênero e raça – Resultados

Variáveis	Coeficientes (1)				Sig.
	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados	t	
	B	Erro padrão	Beta		
Constante	0,077	0,041	-	1,873	0,061
Sexo	-0,160	0,058	-0,080	-2,744	0,006

Fonte: *Survey* do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

(1) Variável dependente: índice de índice de preconceito de gênero e raça.

Com relação ao modelo que inclui o fator/índice relativo à “opinião sobre corrupção”, tomado como VD (Tabela 6), pode-se dizer que ser católico e se autodeclarar preto ou pardo influem no tipo de atitude a respeito desse assunto. Nesse modelo, percebe-se que *ser católico diminui em quase 18% as razões de chance de que um indivíduo apoie ou concorde com fenômenos vinculados à corrupção*. Por outro lado, *ser preto ou pardo aumenta em 12,4% as razões de chance de que uma pessoa tenha percepções mais concordantes em relação à corrupção*. Segundo a interpretação dos coeficientes padronizados da regressão, verifica-se, ainda, que a variável relativa à religião do entrevistado é a que tem maior poder preditivo no modelo apresentado.

Tabela 6
Modelo mínimos quadrados ordinários para o fator opinião sobre a corrupção – Resultados

Variáveis	Coeficientes (1)				Sig.
	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados	t	
	B	Erro padrão	Beta		
Constante	0,042	0,059	-	0,718	0,473
Ser católico/a	-0,178	0,060	-0,086	-2,944	0,003
Pretos e pardos	0,124	0,059	0,062	2,111	0,035

Fonte: *Survey* do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

(1) Variável dependente: opinião sobre a corrupção.

Já no que diz respeito ao índice de ultraconservadorismo, a Tabela 7 mostra que o modelo que melhor explica sua variação é o que inclui o sexo do entrevistado e o fato de ter ou não ensino superior completo. Assim, *as mulheres teriam 17,6% razões de chance de apresentarem percepções menos ultraconservadoras do que os homens e indivíduos que tenham concluído um curso de graduação teriam quase 21% razões de chance de apresentarem percepções menos ultraconservadoras do que os de outros níveis de escolaridade*. Nesse modelo, a variável com maior poder preditivo foi ser do sexo feminino.

Tabela 7
Modelo mínimos quadrados ordinários para o índice de ultraconservadorismo – Resultados

Variáveis	Coeficientes (1)				t	Sig.
	Coeficientes Não-padronizados		Coeficientes Padronizados			
	B	Erro Padrão	Beta			
Constante	0,108	0,042	-	2,575	0,010	
Sexo	-0,176	0,058	-0,088	-3,019	0,003	
Superior completo	-0,209	0,103	-0,059	-2,031	0,042	

Fonte: *Survey* do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

(1) Variável dependente: índice de ultraconservadorismo.

No modelo apresentado na Tabela 8, novamente as variáveis que melhor explicam a variação do índice de preconceito de gênero⁷ são o sexo e a autodeclaração como pretos ou pardos. Nos dois casos, pertencer ao grupo diminui as chances de o indivíduo ter posturas conservadoras com relação ao índice utilizado neste modelo, ou seja, gênero. E nesse caso, conforme esperado, o fato de ser mulher tem um poder explicativo maior do que ser preto ou pardo, tendo maior influência sobre a variação do índice de preconceito de gênero. Dessa maneira, também como esperado, as mulheres têm opiniões mais destradicionalizadas com relação às questões que compõem o fator que deu origem ao índice.

⁷ Composto pelas seguintes questões: (1) "Você acha que a questão da violência doméstica no nosso país é muito séria, é séria, pouco séria ou nada séria?" e (2) "Você acha que a questão da discriminação da mulher no mercado de trabalho no nosso país é muito séria, é séria, é pouco séria ou nada séria?".

Tabela 8
Modelo mínimos quadrados ordinários para o índice de preconceito de gênero – Resultados

Variáveis	Coeficientes (1)				t	Sig.
	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados			
	B	Erro padrão	Beta			
Constante	0,240	0,052	-		4,617	0,000
Sexo	-0,324	0,058	-0,161		-5,590	0,000
Superior completo	-0,133	0,058	-0,066		-2,287	0,022

Fonte: *Survey* do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

(1) Variável dependente: índice de preconceito de gênero.

Os modelos A e B propostos na Tabela 9 têm como variável dependente a afirmação/fator de que a homossexualidade é uma doença. O modelo A foi o que mais explicou a variação nas respostas a esta questão, tendo como variáveis independentes “ser católico”, ensino médio incompleto e autodeclaração de raça como pretos ou pardos. O fato de ser católico é a característica dos entrevistados que tem maior poder de explicação sobre as respostas dadas no sentido da discordância dessa afirmação, seguida pela variável escolaridade ensino médio incompleto e autodeclaração como pretos ou pardos. Dessa forma, portanto, a característica que mais influencia este tipo de opinião é a religião do entrevistado, particularmente a católica. Levando-se em conta que as grandes religiões no Brasil condenam o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, é esperado que esta variável tenha um peso importante na predição do índice. Como se pode ver na Tabela 9, neste modelo, ser católico diminui as chances de o indivíduo concordar com a afirmação.

Tabela 9
Modelo mínimos quadrados ordinários para a afirmação/fator de que a homossexualidade é uma doença – Resultados

Variáveis	Modelo A		Modelo B	
	B	Sig.	B	Sig.
Constante	0,227	0,000***	-0,215	0,000***
Ensino médio incompleto	0,281	0,003***	0,316	0,001***
Pretos e pardos	0,118	0,037**	0,146	0,011**
Ser católico	-0,516	0,000***	-	-
Ser evangélico	-	-	0,438	0,000
N				
R2	0,077		0,049	

Fonte: *Survey* do Consórcio Bertha Lutz, Instituto Ibope/CBL/SPM/PR, 2010. Elaboração das autoras.

(1) Variável dependente: afirmação de que a homossexualidade é uma doença.

** Estatisticamente significativa ao nível de 0,05.

***Estatisticamente significativa ao nível de 0,01.

Levando-se em conta que “ser evangélico” foi identificado anteriormente como uma variável que se relaciona de forma significativa com opiniões conservadoras sobre questões relativas à sexualidade, foi realizada outra análise com o mesmo fator, no sentido de tentar compreender o impacto de cada variável de cunho religioso sobre esta opinião. Assim, foi proposto outro modelo em que, no lugar de ser católico, inseriu-se a variável ser evangélico. Este modelo, apesar de apresentar uma porcentagem de explicação da variação da variável dependente menor do que o anterior (apenas 4,9%), ajuda a perceber que, para a amostra analisada, na interação com variáveis similares, católicos tendem a ser menos conservadores do que evangélicos no que diz respeito à crença de que a homossexualidade é uma doença.

Em ambos os modelos, ser preto ou pardo e ter ensino médio incompleto contribuem para um comportamento mais conservador. Estes resultados contrariam os achados dos modelos apresentados na Tabela 3 (que tem como variável dependente o índice de destraditionalização de sexo/gênero). Ter ensino médio incompleto tem uma relação diretamente proporcional com o fator advindo da afirmação de que a homossexualidade é uma doença. Ou seja, ter ensino médio incompleto corrobora um comportamento mais conservador no tocante à resposta dada a essa questão.

Foi possível observar, nos oito modelos de regressão apresentados, que as variáveis mais recorrentes na explicação dos índices de conservadorismo político foram: pertencer à religião católica (variável presente em quatro modelos) e ser mulher (presente também em quatro modelos). Variáveis relativas à faixa etária e os termos interativos entre idade e sexo não apareceram como efetivamente significativos em nenhum dos modelos. Já a escolaridade se mostrou como variável fundamental para a análise dos seis primeiros índices expostos e foi incluída apenas na explicação dos índices de grau de confiança nas instituições e de ultraconservadorismo.

Considerações finais

Como vimos, os índices aqui construídos foram capazes de identificar eleitores/as brasileiros/as com percepções fortemente conservadoras em termos políticos e percepções fortemente tradicionais em gênero, raça e sexualidade (ou com as duas percepções juntas), sendo este grupo responsável, no Brasil, por manter e perpetuar uma sociedade politicamente anti-igualitária e antidemocrática.

Do ponto de vista do conservadorismo político, de modo muito sintético, pode-se afirmar que as variáveis sociodemográficas mais significativamente explicativas e preditivas de resultados que se alinham nessa direção foram o sexo (ser mulher) e a religião (ser católico) do entrevistado. Neste sentido, ser mulher e ser católico são elementos que, no Brasil, condicionam a experiência de percepções politicamente conservadoras, conforme este trabalho definiu o conservadorismo político. A escolaridade também apareceu como variável significativa em boa parte dos modelos aqui analisados, mas em uma posição de significância estatística secundária em relação às duas primeiras variáveis, afetando mais fortemente a menor confiança nas instituições e também a adoção de percepções políticas ultraconservadoras (mensuradas aqui a partir do apoio à pena de morte e a preferência à ditadura).

No que se refere à confiança depositada nas várias instituições aqui pesquisadas, é possível também concluir que a pouca escolarização (saber ler, mas não foi à escola e primário incompleto) e as variáveis de religião (ser católico e ser evangélico) aumentam de modo significativo as chances de o indivíduo confiar menos nas instituições (instituições políticas em geral, justiça brasileira, Forças Armadas, Congresso Nacional, governo federal, Polícia Militar e partidos políticos) e também em determinadas características centrais da democracia (como a crença em um julgamento justo e na vigência de direitos básicos). Estes elementos, com certeza, encontraram no nosso último período eleitoral uma capacidade de expressão muito singular.

Merece também destaque o fato de serem perceptíveis o menor conservadorismo político e a menor adesão a valores antidemocráticos (crença no progresso com autoritarismo e em que o Congresso e o Poder Judiciário atrapalham a autonomia presidencial) em um grupo de indivíduos com mais de 70 anos, entre as mulheres na faixa etária de 25 a 39 anos, na condição racial de preto/pardo, assim como na condição de ser escolarizado. Todas estas características, portanto, aumentam as chances de o indivíduo declarar percepções que tenham menos concordância com as questões relacionadas a posturas antidemocráticas. Parece compreensível que a geração que efetivamente participou da resistência ou sofreu as consequências da ditadura militar (indivíduos com mais de 70 anos são de uma coorte da década de 1940 que, em 1964, estava em plena juventude e certamente viveu bem de perto os efeitos do período autoritário no país) tenha percepções mais favoráveis à democracia. Contudo, a situação das mulheres da faixa etária de 25 a 39 anos, a condição declarada de preto/

pardo e a maior escolarização revelam elementos novos e bem desafiantes para se estabelecer um patamar mais esclarecido sobre a adesão valorativa à democracia no país. Neste sentido, é curioso perceber que mulheres que ainda estão se inserindo no mercado de trabalho e os/as negros/as (grupos que certamente experimentam sua condição de opressão), especialmente quando escolarizados/as, sejam aqueles/as que venham a apresentar percepções mais favoráveis à democracia. Estes elementos reforçam aqueles argumentos que insistem em afirmar que os grupos oprimidos (especialmente quando escolarizados) – neste caso as mulheres que estão iniciando sua inserção no mercado de trabalho e os/as negros/as – podem ter, por uma condição de “perspectiva social” (YOUNG, 2006), uma percepção mais aguda da sua situação de subalternização, aderindo de modo mais significativo a posições mais favoráveis à democracia.

Em contrapartida, a variável sociodemográfica mais significativamente explicativa e preditiva de resultados que se alinham na direção de percepções mais fortemente tradicionais no campo das relações de gênero, raça e sexualidade foi, em primeiríssimo lugar, a escolaridade, sendo até possível afirmar que o ponto de inflexão na formação escolar de uma pessoa, no que se refere às suas percepções mais destradicionalizadas em relação a estas dimensões, é a conclusão do ensino médio, sendo que, em alguns casos, observou-se que o curso superior completo predispõe os/as entrevistados/as a terem quase duas vezes mais percepções não tradicionais do que aqueles/as que cursaram apenas até o primário completo.

Assim, conclui-se, com clareza, que os processos continuados de escolarização e, em especial, o acesso à escolarização de nível superior, mesmo com todas as deficiências apresentadas num país com a magnitude dos desafios a serem enfrentados pelo Brasil, são condições que podem reverter quadros de percepção e valoração normativos, morais e éticos tradicionais na direção positiva do reconhecimento das diferenças, da liberdade e da diversidade de expressões nos campos das relações de gênero, etnorraciais e de diversidade sexual.

Destacou-se, na análise do tradicionalismo de gênero no que se refere ao espaço privado, que a condição etnorracial ser preto ou pardo aumenta as chances de um indivíduo ser mais tradicional com relação ao papel ocupado pelas mulheres na família. Aqui sinaliza-se, então, para a constatação empírica de um enraizamento que parece ser ainda mais profundo e severo no que tange as condições de opressão das mulheres negras em nossa sociedade: estas permanecem percebidas ainda mais fortemente como ligadas ao mundo doméstico/privado (lembrando-se que

foram utilizadas como medidas desta ligação ao privado as questões “a educação dos filhos é responsabilidade da mãe”, “o trabalho doméstico é tarefa da mulher”, “o homem deve ser o principal responsável pelo sustento da família”, “a mulher deve ser a principal responsável pelo planejamento familiar e uso de métodos contraceptivos”).

Do outro lado destas percepções, sobre os valores associados ao tradicionalismo de gênero nos espaços públicos e a valoração das mulheres na política institucional, passa a ser o fator geracional (entrevistados/as com mais de 70 anos) que aumenta as chances de o indivíduo ter uma atitude mais tradicional, assim como, nas percepções da ocupação de cargos de mulheres na política institucional, existe uma relação positiva apenas para o grupo das mulheres de 40 a 69 anos (significando dizer que pertencer a este grupo, como visto, aumenta as chances de a pessoa ter uma atitude mais tradicional neste sentido). Aqui é o elemento geracional que volta a condicionar a percepção de mais tradicionalismo de gênero: mais uma vez, parece compreensível o fato de indivíduos com mais de 70 anos terem percepções nesta direção, mas e as mulheres na faixa etária de 40 a 69 anos? Esta questão permanece em aberto para estudos e pesquisas posteriores.

Naquilo que possa se referir aos contornos, apenas insinuados aqui nesta pesquisa, sobre o preconceito racial, destacou-se que ser preto ou pardo produz, como esperado, uma posição de resistência ao preconceito (e aqui retoma-se o mesmo argumento da “perspectiva social” apresentado anteriormente) e observou-se, ainda, o surpreendente fato de que, apesar de a variável escolaridade interferir fortemente, tal percepção de discriminação, contudo, não diminui em nosso país com o aumento da escolaridade. Em outro índice deste conjunto (o de destradicionalização de gênero), foi possível perceber outra nuance interessante: são as mulheres e igualmente os/as entrevistados/as pretos/as e pardos/as que tendem a apresentar padrões de percepção mais destradicionalizados em relação a temas extremamente polêmicos na sociedade brasileira, a saber: a união de pessoas do mesmo sexo; a descriminalização do aborto; e a crença de que gays e lésbicas podem ser tão bons líderes quantos os heterossexuais.

Tal resultado fornece pistas de como as experiências vividas por estes indivíduos – e que conformariam uma determinada “perspectiva social” – afetam a forma como estes se comportam com relação a temas considerados polêmicos ou passíveis de atitudes entendidas como de cunho preconceituoso/discriminatório. O que apontam autores como a própria Young (2006) é que seria possível, mesmo não compartilhando de uma

mesma perspectiva social, que se compartilhe uma situação similar de opressão. Isto faria com que estas pessoas tivessem, entre si, uma maior proximidade do que os outros que não vivenciaram tal tipo de situação. Esta forma de solidariedade, emergida do compartilhamento de experiências de opressão e exclusão social, pode se apresentar em vários espaços e situações, como mostra Pinheiro (2007, p. 173), num estudo sobre o comportamento legislativo das deputadas federais e senadoras ao longo de quatro legislaturas. A autora chega à seguinte afirmação:

[Há] uma tendência em atender à população mais carente e mais excluída do centro econômico do país, que tem pouco acesso à renda produzida ou aos direitos sociais. As noções de partilhamento de experiências, nesse caso, colocam as mulheres – um dos grupos que vivenciam processos fortes de exclusão, especialmente no campo político – em situação de proximidade daqueles grupos que vivenciam tal situação a partir de outro ponto no espaço social. Constituem-se, assim em defensoras de seus interesses e necessidades na Câmara.

Um exemplo disso é o fato de as principais defensoras dos direitos da comunidade LGBT, no Congresso Nacional, serem, justamente, as legisladoras, que, na ausência de legisladores/as pertencentes a estes grupos – historicamente excluídos e vítimas constantes das mais diversas formas de enunciação de preconceitos –, cumprem o papel de representantes dos seus interesses. Argumentos que seguem nessa direção, portanto, poderiam auxiliar a compreender tais resultados, de forma que alguns respondentes desta pesquisa, autodeclarados pretos ou pardos e as mulheres, por viverem sistemas de opressão parecidos aos pertencentes à comunidade LGBT, tenderiam a responder às questões relacionadas às temáticas destes grupos de forma menos tradicional. O mesmo argumento pode ser levantado naquilo que diz respeito à questão do direito da mulher à autonomia sobre o próprio corpo.

A campanha eleitoral brasileira de 2010, apesar de ter eleito a primeira mulher na nossa história para a Presidência da República do país, foi uma campanha eivada de denúncias, “provas documentais”, debates inflamados (nos meios de comunicação e nas redes sociais, sobretudo) e acusações recíprocas de candidatos/as que tiveram em temas “polêmicos” (aborto, união estável entre homossexuais, direitos humanos, etc.) parte substantiva de responsabilidade por uma renovada abordagem extremamente conservadora feita, através do voto, pelo eleitorado brasileiro. Até mesmo o efeito de um uso eleitoreiro da religião tornou-se neste último pleito evidente (PIE-RUCCI, 2011). Para aquilo que nos interessa neste trabalho, cabe destacar

que tal “conservadorismo” reavivado do eleitorado brasileiro foi “a gota que faltava a derramar do copo” para que o efeito desejável e ansiosamente esperado de termos duas mulheres candidatas ao cargo máximo do país (e o fato de termos eleito uma delas à Presidência do país) não tivesse quase nenhum impacto nos demais espaços das candidaturas no âmbito desta eleição. Apesar de o tema das mulheres na política ter estado nas frentes de disputa de inúmeros espaços discursivo-eleitorais, o resultado final das urnas, como vemos nos demais estudos desta coletânea, ratificou a onipresente posição de subordinação política das mulheres.

Referências

ADAM, B. Detraditionalization and the certainty of uncertain futures. In: HEELAS, P.; LASH, S.; MORRIS, P. (Orgs.). **Detraditionalization: critical reflections on authority and identity at a time of uncertainty**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996, p. 134-148.

BAQUERO, M. Democracia, cultura e comportamento político: uma análise da situação brasileira. In: FUKS, M.; PERISSINOTO, R. M. (Orgs.). **Democracia teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Los Angeles: University of California Press, 1995.

DEWEY, J. **The public and its problems**. Chicago: Swallow, 1927.

GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity, 1991.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S; **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Unesp, 1997.

HEELAS, P.; LASH, S.; MORRIS, P. (Orgs.). **Detraditionalization: critical reflections on authority and identity at a time of uncertainty**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

KIM, J.; MUELLER, C. W. **Factor analysis**. Statistical methods and practical issues. Sage publications, 1978.

LUKE, T. W. Identity, meaning and globalization: detraditionalization in postmodern space-time compression. In: HEELAS, P.; LASH, S.; MORRIS, P. (Orgs.). **Detraditionalization: critical reflections on authority and identity at a time of uncertainty**. Oxford: Blackwell Publishers, 1996, p. 109-133.

MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

MATOS, M. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/IUPERJ, 2000.

_____. Teorias de gênero e teorias de gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago. 2008.

_____. Em busca de uma teoria crítico-emancipatória feminista de gênero: reflexões a partir da experiência da política na ausência das mulheres. In: MATOS, M. (Org.). **Enfoques feministas e os desafios contemporâneos**: perspectiva feminista de gênero na política e nas políticas públicas. Belo Horizonte: FAFICH/DCP, 2009, v. 4, p. 59-112.

_____. O movimento e a teoria feminista em sua nova onda: entre encontros e confrontos, seria possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jul. 2010.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MORAES, O. B.; ABIKO, A. K. Utilização da análise fatorial para a identificação de estruturas de interdependência de variáveis em estudos de avaliação pós-ocupação. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA NO AMBIENTE CONSTRUÍDO (ENTAC).

PAIVA, D.; SOUZA, M. R.; LOPES, G. F. As percepções sobre democracia, cidadania e direitos. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. X, n. 2, p. 368-376, 2004.

PIERUCCI, A. F. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 89, março 2011, p. 05-15, 2011.

PINHEIRO, L. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2007.

ROSE, R. Medidas de democracia em surveys. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. VIII, n. 1, p. 1-29, 2002.

SANTOS, J. A. F. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e gênero no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 37-60, 2009.

THOMPSON, J. B. Tradition and self in a mediated world. In: HEELAS, P.; LASH, S.; MORRIS, P. (Orgs.). **Detraditionalization**: critical reflections on authority and identity at a time of uncertainty. Oxford: Blackwell Publishers, 1996, p. 89-108.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade**. Tradução: Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

VINCENT, J. E. **Factor analysis in international relations**: interpretation problem areas and application. Gainesville: University of Florida Press, 1971.

YOUNG, I. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, n. 67, 2006.